

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL



Eu, **Douglas Rodolfo Papale**,
inscrito no CRC **MG-087.164/0-5**, responsável pela Contabilidade do(a)
Fundação **Dona Mindoca Rennó Moreira**, DECLARO para os
devidos fins que a referida Organização apresenta Escrituração de Acordo com os princípios
fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme Demonstração
Contábeis do último exercício.

Por ser verdade firmo a presente.

Santa Rita do Sapucaí, 3 de julho de 2023

Douglas Rodolfo Papale
CRC nº: MG-087.164/0-5

Douglas Rodolfo Papale
CRC-MG: 087.164

Pe. Elcio José de Toledo
Presidente do(a) Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira

FUNDAÇÃO DONA MINDOCA RENNÓ MOREIRA

2022

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.994.164	4.375.615
Contas a receber	5	6.906	400
Impostos a recuperar		2.060	-
Convênios	8	-	6.000
		5.003.130	4.382.015
Não circulante			
Propriedade para investimento	6	37.056.140	37.488.583
Imobilizado	7	258.546	276.812
Intangível		20.260	17.465
		37.334.946	37.782.860
Total		42.338.076	42.164.875
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		35	580
Obrigações trabalhistas e sociais		3.214	5.187
Obrigações tributárias		106	1.419
Outras contas a pagar		8.998	6.646
Convênios	8	142.449	152.686
		154.802	166.518
Patrimônio Líquido	9		
Patrimônio social		6.880.327	6.458.342
Ajuste de avaliação patrimonial		34.685.587	35.118.030
Superávit acumulado		617.360	421.985
		42.183.274	41.998.357
Total		42.338.076	42.164.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	Nota	2022	2021
Receitas			
Receitas com aluguel		309.318	319.994
Receitas com doações e subvenções	11	29.031	8.930
Receita com trabalho voluntário	12	114.004	108.598
Receita convênios	8	316.383	249.604
		768.736	687.126
Custos e receitas (despesas) operacionais			
Despesa com pessoal		(34.430)	(9.261)
Despesa com serviços prestados		(22.253)	(21.037)
Despesa com trabalho voluntário	12	(114.004)	(108.598)
Depreciação e amortização		(450.709)	(476.848)
Despesas com assistência social		(62.220)	(839)
Despesas com imóveis para locação		(55.708)	(44.146)
Despesas gerais		(102.277)	(11.553)
Despesas convênios	8	(316.383)	(249.604)
Outras receitas		68.582	69.793
		1.089.402	(882.093)
Resultado financeiro líquido		(320.666)	(164.967)
Resultado financeiro líquido	13	505.583	143.334
Superávit (Déficit) do exercício		184.917	(21.633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2022	2021
Superávit (Déficit) do exercício	184.917	(21.633)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	184.917	(21.633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.396.381	35.611.448	61.861	42.019.990
Transferência para patrimônio social	61.861	-	(61.861)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	(143.618)	413.618	-
Déficit do exercício	-	-	(21.633)	(21.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.458.342	35.118.030	421.985	41.998.357
Transferência para patrimônio social	421.985	-	(421.985)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	(432.443)	432.443	-
Déficit do exercício	-	-	184.917	184.917
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.880.327	34.685.587	617.360	42.183.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	184.917	(21.633)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	18.266	33.230
Depreciação das propriedades para investimentos	432.443	443.618
	635.626	455.215
Variação em ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(6.506)	2.078
Impostos a recuperar	(2.060)	-
Fornecedores	(545)	208
Convênios	(4.237)	(47.505)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.973)	5.097
Obrigações tributárias	(1.313)	90
Outras contas a pagar	2.352	352
	(14.282)	(38.865)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	621.344	416.350
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(2.795)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(2.795)	-
	618.549	416.350
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	618.549	416.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.375.615	3.959.265
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.994.164	4.375.615
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	618.549	416.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM (“Fundação”) é uma entidade constituída na forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos domiciliada no Brasil, com autonomia administrativa e funcional, com duração por prazo indeterminado. A Fundação tinha, até o ano de 2015, por objeto principal a manutenção da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – (ETEFMC), localizada na cidade de Santa Rita do Sapucaí – MG. A Fundação é detentora de Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto 55.614 de 21 de janeiro de 1965 emitido pela União – Ministério da Justiça, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto 6.423 de 7 de dezembro de 1961 emitido pelo Estado de Minas Gerais, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei 445 de 30 de dezembro de 1958 emitido pelo Município de Santa Rita do Sapucaí, registrado na União – Conselho Nacional de Assistência Social, contendo registro nº 000.117156/1958-30 – com Protocolo de Renovação nº 23123.001336/2011-60 e Certificação de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS) conforme Resolução 07 de 3 de fevereiro de 2009.

A partir de 1º de janeiro de 2016 a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira transferiu a manutenção da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETEFMC para a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – (ANÉAS), a quem caberá a responsabilidade de desenvolver as atividades de educação profissional de nível técnico, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

A transferência da manutenção não afetou as atividades da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira a qual continuará a prestar os seus serviços de engenharia e atividades técnicas de eletrônica, com suporte da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETEFMC.

Na operação de transferência da manutenção, nenhuma parcela do patrimônio da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, mantenedora sucedida da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETEFMC, foi transferida ou absorvida pela Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANÉAS, sendo assim, não houve nenhuma transferência ou compensação financeira a envolver as duas instituições. Além disso, a propriedade do imóvel localizado na Avenida Sinha Moreira, 350, sede das operações da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETEFMC, permaneceu na Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira e não será transferido para a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANÉAS.

Esse evento está suportado pelos acordos firmados entre Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANÉAS e a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira e foi devidamente referendado pela Curadoria das Fundações do Estado de Minas Gerais, órgão responsável pelo velamento das Fundações, conforme Resolução Nº 001/2015 – Ministério Público do Estado de Minas Gerais – 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita do Sapucaí – 11 de junho de 2015 que aprovou o Convênio a ser celebrado entre as entidades envolvidas.

Impactos da pandemia

A pandemia de COVID-19 que começou no país de forma significativa desde meados de março de 2020, com a implantação do isolamento social, gerou impactos nas demonstrações financeiras da Fundação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme detalhado abaixo:

• **Receita de aluguéis:** A Fundação teve uma redução de aproximadamente 11% das receitas de aluguéis em relação ao exercício de 2019 (anterior à pandemia). Essa redução ocorreu decorrente de fornecimento de descontos nos aluguéis das casas, apartamentos e lojas de propriedade da Fundação, totalizando um impacto de R\$ 32.910 (R\$ 36.610 em 2021).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG (2002/R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Fundação em 13 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicando de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência dos exercícios.

(b) Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Conforme a NBC TG 48, o reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); e valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros e substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado no custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
 - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.




EXPLORE UM NOVO MUNDO

DEM VEM PRO ENSINO MÉDIO

MATRÍCULAS ABERTAS NA SECRETARIA DA ETE

www.etefmc.com.br
(35) 3473-3600

Os ativos financeiros da Fundação são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), classificados ao valor justo por meio do resultado, e Contas a receber (Nota 5), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Fundação estão substancialmente representados por fornecedores e outras contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

(e) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem valores em caixa e depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitos a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos, se aplicável, que não ultrapassem seus respectivos valores de mercado.

(e) Contas a receber

São apresentadas ao valor presente de realização, basicamente representam os aluguéis ainda não recebidos sobre as propriedades para investimentos que estão locadas. As perdas estimadas para os créditos com liquidação duvidosa foram constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são as propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento da Fundação são mensuradas e apresentadas pelo seu valor de custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas e qualquer provisão de perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (vide nota explicativa nº 6).

(g) Ativo imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (vide nota explicativa nº 7).

(h) Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e utilizar o software específico. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimada usando o método linear.

(i) Avaliação de impairment de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acessíveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(k) Novos pronunciamentos, revisões e interpretações

Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente:

- Alteração ao IAS 16 / NBC TG 27 – Ativo Imobilizado: A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

- Alteração ao IAS 37 / NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

- Alteração ao IFRS 3 / NBC TG 15 – Combinação de Negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

- IFRS 9 / NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise da baixa de passivos financeiros.

- IFRS 16 / NBC TG 06 – Arrendamentos: Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- IFRS 1 / NBC TG 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação a mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

- IFRS 41 / NBC TG 29 – Ativos Biológicos: Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 14 com as outras normas IFRS. A administração da Fundação avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Novas normas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes

- IAS 1 – Presentation of Financial Statements / IFRS – Practice Statements: Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las.

- IAS 1 – Presentation of Financial Statements / IFRS – Practice Statements: Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.

- IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors: Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

- IFRS 17 – Insurance Contracts: Introduz as companhias seguradoras um novo modelo de mensuração para contratos de seguros.

- IAS 12 – Income Taxes: Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

A administração da Fundação está avaliando os impactos que tais normas possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os instrumentos estiverem regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	515	389
Banco conta movimento	35.460	58.076
Banco conta movimento - convênio com entidades públicas e privadas	142.449	329
Aplicações financeiras - convênio com entidades públicas e privadas	-	146.357
Aplicações financeiras	4.815.740	4.170.464
Total	4.994.164	4.375.615

Os recursos estão aplicados em fundos de renda fixa e CDB's - Certificados de Depósitos Bancários, ambos de liquidez imediata, com taxas que variam entre 100% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber

Descrição	2022	2021
Aluguéis a receber	6.906	400
Total	6.906	400

As contas a receber são oriundas de aluguéis a receber dentro do exercício corrente que não foram liquidados.

6. Propriedades para investimento

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	2022 Depreciação acumulada	Valor Líquido	2021 Valor Líquido
Terrenos	-	21.658.983	-	21.658.983	21.658.983
Edificações	2,08 a 3,33% a.a.	22.887.850	(7.490.693)	15.397.157	15.829.690
		44.546.833	(7.490.693)	37.056.140	37.488.583

Movimentação do exercício de 2022

Descrição	2021	Adições	2022
Terrenos	21.658.983	-	21.658.983
Edificações	22.887.850	-	22.887.850
	44.546.833	-	44.546.833
Depreciação acumulada	(7.058.250)	(432.443)	(7.490.693)
	37.488.583	(432.443)	37.056.140

Movimentação do exercício de 2021

Descrição	2020	Adições	2021
Terrenos	21.658.983	-	21.658.983
Edificações	22.887.850	-	22.887.850
	44.546.833	-	44.546.833
Depreciação acumulada	(6.614.632)	(443.618)	(7.058.250)
	37.932.201	(443.618)	37.488.583

As propriedades para investimento incluem os terrenos e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros por período não cancelável de 30 meses com o valor anual do aluguel indexado à inflação. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 30 meses. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

De acordo com a NBC TG 28 (R4) – Propriedade para investimento, no exercício de 2022, a administração procedeu a avaliação dos imóveis destinados à propriedade para investimento a fim de apurar o seu valor justo, mediante a contratação de empresa especializada, os quais foram avaliados ao montante de R\$ 77.279.209. A administração realiza a avaliação a cada 3 (anos) anos, sendo que, a próxima será realizada no exercício de 2025.

7. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	2022 Depreciação acumulada	Valor Líquido	2021 Valor Líquido
Veículos	25% a.a.	7.900	(7.900)	-	-
Móveis e utensílios	10% a.a.	4.212.798	(3.954.252)	258.546	276.812
		4.220.698	(3.962.152)	258.546	276.812

Movimentação do exercício de 2022

Descrição	2021	Adições	2022
Veículos	7.900	-	7.900
Móveis e utensílios	4.212.798	-	4.212.798
	4.220.698	-	4.220.698
Depreciação acumulada	(3.943.886)	(18.266)	(3.962.152)
	276.812	(18.266)	258.546

Movimentação do exercício de 2021

Descrição	2020	Adições	2021
Veículos	7.900	-	7.900
Móveis e utensílios	4.212.798	-	4.212.798
	4.220.698	-	4.220.698
Depreciação acumulada	(3.910.656)	(33.230)	(3.943.886)
	310.042	(33.230)	276.812

8. Convênios

Descrição	2022	2021
Prefeitura – Conexão esportiva (a)	104.291	-
Metagal Indústria e Comércio Ltda. – Conexão esportiva	-	152.686
Prefeitura – FIA – Projeto bolsa alimentação e kit maleta de equipamentos eletrônicos (b)	38.158	-
Total	142.449	152.686

(a) O saldo de convênios refere-se a um Termo de Compromisso realizado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG e a Fundação, para execução do Projeto Esportivo – Conexão Esportiva. O valor total do incentivo foi de R\$ 165.000.

(b) O saldo refere-se ao projeto realizado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG e a Fundação, com recursos do FIA (Fundo da Infância e Adolescência), para execução do Projeto bolsa alimentação e kit de maletas de equipamentos eletrônicos. O valor total do incentivo foi de R\$ 80.912.

Apresentamos abaixo os impactos nas demonstrações financeiras dos convênios com entidades privadas e públicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	Entidades Privadas	Entidades Públicas	2022
Ativo circulante	-	142.449	142.449
Banco conta movimento (Nota 4)	-	142.449	142.449
Passivo circulante	-	142.449	142.449
Convênios	-	142.449	142.449
Resultado	-	-	-
Receita de convênios	206.919	109.464	316.383
Despesa de convênios	(206.919)	(109.464)	(316.383)
Impacto líquido nas contas patrimoniais e de resultado	-	-	-

Descrição	Entidades Privadas	Entidades Públicas	2021
Ativo circulante	152.686	-	152.686
Banco conta movimento (Nota 4)	329	-	329
Aplicações financeiras (Nota 4)	146.357	-	146.357
Convênios	6.000	-	6.000
Passivo circulante	(152.686)	-	(152.686)
Convênios	(152.686)	-	(152.686)
Resultado	-	-	-
Receita de convênios	249.604	-	249.604
Despesa de convênios	(249.604)	-	(249.604)
Impacto líquido nas contas patrimoniais e de resultado	-	-	-

9. Patrimônio líquido

9.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit/déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. No caso de extinção da Fundação, seu patrimônio, por vontade expressa da instituidora, será incorporado ao da Fundação Educandário SantaRitense.

9.2 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do “deemed cost”, da rubrica de imóveis das propriedades para investimentos / ativos imobilizados, com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação, baixa e/ou provisão para realização dos referidos ativos. Não foram constituídos os impostos diferidos em decorrência da Fundação possuir imunidade tributária.

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Fundação não possuía processos ou questionamentos de natureza cível, trabalhista e tributária, classificados pelos seus assessores jurídicos como risco de perda provável e/ou possível que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências ou a divulgação em notas explicativas.

11. Receitas com doações e subvenções

A Fundação recebeu no decorrer dos exercícios as seguintes doações e subvenções abaixo:

Descrição	2022	2021
Doativos em dinheiro	29.031	8.930
Total	29.031	8.930

Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos Convenientes, ficando também toda documentação a disposição em conformidade com a legislação aplicável.

12. Trabalho voluntário

Atendendo à resolução nº 2015/11G(2002(R)), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Fundação.

A Fundação valorizou as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos de administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são

reconhecidas no resultado do exercício no grupo de receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 a Fundação registrou o montante de R\$ 114.004 (R\$ 108.598 em 2021) referente a trabalhos voluntários.

13. Resultado financeiro líquido

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	514.281	151.383
Outras receitas	538	4
	514.819	151.387
Despesas financeiras		
Multas por pagamentos em atraso	(15)	(1.963)
Tarifas bancárias	(9.221)	(6.090)
	(9.236)	(8.053)
Total	505.583	143.334

14. Renúncia fiscal

Em atendimento a LFG 2002(R1) - entidade sem fins de lucro, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015-TFG 2002(R1) em setembro de 2015, a Fundação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes:

- Incidentes sobre a receita tributável (PIS 0,65%, COFINS 3%);
- Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%);

Resaltando que se trata dos principais impostos e contribuições, em função da Fundação não ter a obrigação de posicionar escrituração fiscal e em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

15. Cobertura de seguros

A Fundação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

16. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Fundação.

A Administração da Fundação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Fundação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Fundação mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A Fundação utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros.

Monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar.

17. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das Demonstrações Financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Santa Rita do Sapucaí, 13 de março de 2023.


Elio José de Toledo
Presidente
CPF: 088.375.648-08


Alexandre Loures Barbosa
Diretor Executivo FDMRM
CPF: 565.541.846-00


Douglas Rodolfo Papale
Contabilista
CRC MG-087.164/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM - Santa Rita do Sapucaí - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

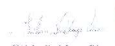
nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1


Rogério Guimarães
Contador
CRC 1SP336932/O-3


Fábio Debiáze Pina
Contador
CRC 1SP251154/O-9

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM Santa Rita do Sapucaí – MG

Como parte integrante do exame de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM (“Fundação”), efetuamos um estudo e avaliação dos controles internos como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria, para emitirmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Nosso trabalho não foi executado para emitir uma opinião sobre os sistemas contábil e de controles internos.

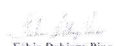
A administração da Fundação é responsável pelo planejamento, implantação e operação dos sistemas contábeis e de controles internos, e no cumprimento da sua função faz estimativas e analisa a relação custo-benefício de implantar e manter em funcionamento diversos controles que proporcionam a administração uma base para assegurar-se que seus ativos estão salvaguardados contra perdas, que as transações são devidamente autorizadas e registradas e que as demonstrações financeiras elaboradas a partir desses registros apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e as mutações do seu patrimônio líquido. Considerando que nossos trabalhos foram realizados em base de testes e com a finalidade de apreciar a adequação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, este relatório não constitui garantia de inexistência de erros ou imprecisões relacionadas a controles internos e assuntos que não afetam as demonstrações financeiras. Assim, outras recomendações e observações poderão ser originadas por trabalhos específicos futuros.

Neste contexto, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos, passíveis de recomendações de melhoria e/ou aprimoramento.

São Paulo, 13 de março de 2023.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1

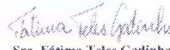

Rogério Guimarães
Contador
CRC 1SP336932/O-3


Fábio Debiáze Pina
Contador
CRC 1SP251154/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DONA MINDOCA RENNÓ MOREIRA

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Notas Explicativas, as Demonstrações Financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, as respectivas Demonstrações do Superávit / Déficit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e inclusive o relatório da Crowe Horwath Macro Auditores Independentes, CRC 2SP033508/O-1 datado em 13 de março de 2023, que lhes foram apresentados e tendo obtido todos os esclarecimentos e informações solicitadas à administração e encontrado tudo em ordem, são de parecer que os referidos documentos refletem a real situação econômica e financeira da Entidade.

Santa Rita do Sapucaí, 11 de maio de 2023


Sra. Fátima Teles Godinho
CPF: 214.737.146-72


Prof. Antonio Marcos de Souza
CPF: 086.726.658-99

#VemPraETE

CURSOS TÉCNICOS

- Eletrônica (Automação Industrial)
- Telecomunicações
- Equipamentos Biomédicos
- Desenvolvimento de Sistemas (Games)
- Sistemas de Energia Renovável

ENSINO MÉDIO REGULAR

www.etefmc.com.br